



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Faculdade de Educação
Licenciatura em Pedagogia

Ana Gabriela Januário de Mattos

**Escola e privação de liberdade:
Os desafios para uma educação progressista**

Rio de Janeiro
Dezembro de 2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu marido, Everaldo, por ser o maior incentivador ao acesso a graduação e está ao meu lado durante esses anos.

A minha mãe, Fátima, que ajudou nos cuidados com meus filhos na minha ausência permitindo que pudesse passar horas fora de casa priorizando minha formação.

Aos meus filhos Igor e Arthur que sempre foram compreensivos.

As minhas amigas Raiane, Stephany, Jéssica, Vanessa pelos longos debates e palavras de incentivo que nunca deixaram desanimar e em especial a minha amiga Daiane que me auxiliou nas dificuldades.

Ao meu orientador Reuber Gerbassi Scofano que para além de orientador é um excelente motivador nos momentos de desânimo e dificuldade na construção do trabalho acadêmico.

A todos os professores e colegas da Faculdade de Educação que influenciaram positivamente na minha vida acadêmica.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender a prática pedagógica dos professores que atuam na medida socioeducativa com intuito de confrontar com a prática progressista apresentada por Paulo Freire para a reflexão sobre a importância do pensamento crítico em espaços marcados pela desigualdade trazendo a história do ingresso de crianças e jovens menos favorecidas para a compreensão de como é pensada a educação desses jovens até os dias de hoje. Partindo da ideia de que a desigualdade é ponto crucial para que jovens sigam caminhos distintos mostra-se a importância da reflexão das práticas pedagógicas de maneira crítica para que se alcance o interesse desses jovens. Para melhor entender o funcionamento da escola investigada foi aplicada uma entrevista que revela a percepção dos professores sobre a prática através de cinco perguntas. O trabalho está organizado em quatro seções: a primeira com base na perspectiva histórica da educação das crianças e jovens menos favorecidos socialmente, o segundo com a fundamentação teórica pautada no livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. Na terceira seção discutimos a vivência e da percepção sobre prática do professor que atua com aluno privado de liberdade e na quarta temos uma breve apresentação das ideias de Michel Foucault sobre as instituições e o controle do corpo para a conclusão dos desafios dos mecanismos educacionais dialogarem com a prática pedagógica progressista.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Educação popular; Desigualdade Social.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

ECA- Estatuto da Criança e do adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

SEEDUC- Secretaria de Estado de Educação

LDB- Leis de Diretrizes e Bases

PPP- Projeto Político Pedagógico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Média de atos infracionais cometidos por adolescentes pr ano.....	30
---	----

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1 – Aspectos históricos da educação das crianças e adolescentes menos favorecidas socialmente.....	9
<i>Da Roda a FUNABEM: Medidas de proteção que diferenciam a criança do “menor”.....</i>	<i>9</i>
<i>Nova Redemocratização e Estatuto da Criança e do Adolescente: Um avanço para a emancipação do aluno privado de liberdade?.....</i>	<i>14</i>
Capítulo 2 – Perspectiva Pedagógica Progressista: uma luz no fim do túnel?.....	18
Capítulo 3- Medida Socioeducativa e Escola: Discutindo a vivência e a percepção sobre prática do professor que atua com aluno privado de liberdade.....	31
<i>Percepção dos professores sobre a prática.....</i>	<i>33</i>
<i>Modelo de Educação e Demanda.....</i>	<i>35</i>
<i>Percepção dos professores sobre Currículo.....</i>	<i>37</i>
<i>Novas áreas ou disciplinas.....</i>	<i>39</i>
<i>Relação Professor – Aluno.....</i>	<i>41</i>
Capítulo 4 – Controle Social x Prática Progressista: o duelo que precisa ser enfrentado na educação dos jovens privados de liberdade.....	44
Considerações Finais.....	49
Referências.....	50
ANEXO I.....	51

Introdução

O discurso sobre os direitos da criança e do jovem no Brasil sempre foi polêmico, especialmente no que diz respeito aos direitos dos jovens que se encontram privados de liberdade. A ideia sobre o cuidado e os direitos básicos como educação, alimentação e moradia são vistos de forma penosa pela sociedade quando esses jovens são comparados àqueles que têm seus direitos garantidos. Por outro lado, quando cometem algum ato infracional, são julgados e condenados pela mesma sociedade que não levam em consideração as desigualdades sociais.

Dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2018) revelam que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro são as unidades federativas que possuem em seu Sistema Socioeducativo mais de dois mil adolescentes. Uma população de jovens, em sua maioria, negros e pobres, que mesmo com as garantias determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda são submetidas à espaços de medidas socioeducativas e processos de ressocialização que seguem critérios do passado, na qual o direito a educação ainda era algo a ser resolvido. Diante desse cenário de desigualdade, é preciso compreender a prática pedagógica levando em consideração as dificuldades encontradas pelos professores que trabalham nessas instituições.

A falta de discussões acerca do tema ao longo da minha formação foi uma das principais motivações para entender esse espaço educacional que me parece um assunto espinhoso e colocado em caráter menos emergencial quando comparado a todos os assuntos que precisam ser discutidos no que diz respeito à educação.

Relacionando o tema com algumas experiências dos estágios em que passei uma das observações que considero importante é a prática pedagógica dos professores que trabalham em escolas que recebem alunos de lugares que não são atendidos pelo poder público, alunos que estão expostos a violência com mais frequência e que confirmam quase que diariamente em seus depoimentos a naturalização de um ambiente hostil sobre a vida fora da escola, uma vez que, os jovens que se encontram privados de liberdade possuem o mesmo endereço.

Sabendo que existem muitas particularidades no processo de ressocialização que vão para além da sala de aula e que estão ligadas diretamente a desigualdade e a realidade que permeia a vida de cada jovem que está privado de liberdade, algumas questões são pensadas

sobre o sistema carcerário de modo reflexivo a modo de tentar não responsabilizar a instituição escola ou professor como o principal responsável pelo sucesso ou insucesso dos alunos que passam pela medida, tendo como base reflexiva a Prática Progressista por Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia da autonomia e a ideia de punição”, trazida por Michel Foucault que, com criticidade, faz a ligação do controle social através das instituições, sendo a escola uma delas.

Este trabalho é de cunho qualitativo e compreende-se como estudo de caso dos professores da medida socioeducativa do Novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) do Rio de Janeiro. A metodologia para a compreensão do objeto de estudo – a prática pedagógica na escola da medida socioeducativa foi à pesquisa de base qualitativa atribuindo a importância fundamental dos depoimentos dos autores sociais envolvidos.

Nesse sentido, o trabalho objetivou compreender como ocorre a prática pedagógica no cotidiano da escola, na medida socioeducativa, a partir da fala de professores, trazendo questionamentos pautados na perspectiva histórica do “menor” abandonado, relacionando as conquistas dos direitos da criança e adolescente. Além disso, esse estudo buscou também entender de que forma a educação em espaço de privação de liberdade pode contribuir para uma educação transformadora.

Capítulo 1 – Aspectos históricos da educação das crianças e adolescentes menos favorecidas socialmente

Da Roda a FUNABEM: Medidas de proteção que diferenciam a criança do “menor”

Segundo Custódio e Veronese (2009, p. 21) “[...] No período colonial, surgiram às primeiras iniciativas de caráter assistencial no Brasil. As congregações religiosas instalaram iniciativas, tal como Santas Casas de Misericórdia, que atendiam enjeitados, escravos, estrangeiros e expostos [...].”

O processo histórico dos direitos das crianças das camadas mais pobres do Brasil foi constituído de maneira lenta, contando inicialmente com a igreja católica como a única responsável por aqueles que eram abandonados por suas famílias, os doentes, os órfãos, os carentes e aqueles que eram abandonados pelas chamadas “mães solteiras”. “A prática do abandono de crianças foi habitual, principalmente, diante das condições de pobreza, mas também em razão da legitimidade que violava os princípios fundamentais da ideia de família [...]” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p.21).

Até o final do Império, era comum que as crianças nessas situações fossem deixadas em uma espécie de Roda que existia nas igrejas, um mecanismo construído de maneira que mantinha o sigilo daqueles que precisavam entregar as crianças. A falta de política social até o presente momento fez com que a igreja ficasse responsável pela educação dessas crianças que, durante esse período, tinham como base educacional o trabalho doméstico como forma valorizar o espaço concedido para sua moradia e os responsáveis pela sua criação e proteção, a exploração demudada em educação.

[...] A própria origem latina da expressão infância está ligada à ausência de fala ou aquele que ainda não fala. Não há como negar que a construção social da infância no Brasil foi secularmente reproduzida pelo olhar do adulto, geralmente elitista e reprodutor das condições de desigualdade histórica, colocando a criança no lugar específico à imposição de seu poder (CUSTÓDIO; VERONESE 2009, p.18).

A diferenciação entre o direito educacional dada a elite e o que era oferecido à camada popular é visível dentre as preocupações com o que era pensado e decidido para ambos, enquanto as crianças das elites tinham educação garantida por meio de decreto sancionado em 1830, em que participavam de instituições com diferentes disciplinas podendo alcançar o

ensino superior, o código criminal da mesma época estabelecia a responsabilização para jovens a partir de 14 anos por crime de vadiagem que atingiu grande parte da população escrava no país.

Com a regulamentação do ensino, em 1854, evidenciam-se quem são os filhos do abandono, pois não eram todos que podiam usufruir da escola devido as suas condições sociais, como os portadores de doenças, filhos de escravos e os não vacinados. Grupo que não possuía acesso a educação e saúde, mas que, estavam dentro das leis trabalhistas que permitiam o trabalho infantil a partir dos 12 anos de idade, destacando uma iniciação de nação escolarizada excludente para os menos favorecidos.

[...] No Brasil, desde o início das primeiras experiências orientadas para a industrialização, as crianças oriundas das famílias operárias ingressavam nas fábricas sempre com pouca idade. Essa era a forma de garantir a aprendizagem de um ofício e também de contribuir para a manutenção das condições de subsistência das famílias. É deste modo que a infância passa a ter uma visibilidade, uma vez que o trabalho perde o caráter domiciliar e se desloca para as fábricas. Neste contexto, a família não mais consegue ter o controle de seus filhos, e estes se dispersam. É então que as crianças transformam-se em ‘menores’ e, como tal, rapidamente congregam as características de abandonados e delinquentes (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p.35).

No século XX, o bem-estar da criança passa a ser responsabilidade do Estado que, com a criação do juizado de menores, conhecido como Código Mello Mattos, que faz jus ao nome do primeiro Juiz de Menores da América Latina, promulgou o primeiro documento oficial em favor do menor de 18 anos de idade, que visava proteger a criança considerada em situação irregular.

O Decreto de nº

17.943-A, de 12 de outubro de 1927, definia em seu Artigo 1

º:

“O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas nesse Código” (BRASIL, 1927

).

Os menores que se encontravam nessas condições, eram recolhidos á reformatórios pelo tempo considerado necessário para sua educação deixando essas crianças sob a incumbência do

juiz. Outras medidas protetivas e de recolhimento foram expostas no mesmo decreto, em seu artigo 9º:

A autoridade pública pode impedir de ser abrigada, e se já o estiver pode ordenar a apreensão, remoção a criança deste capítulo: a) Em alguma casa que número de habitantes for excessivo, ou que for perigosa ou anti-higiênica; b) Por alguém que, por negligência, ignorância, embriaguez, imoralidade, mal procedimento ou outra causa semelhante, for de ser encarregado da criança; c) Por pessoa ou em alguma casa, que, por qualquer outro motivo, estiver em contravenção com as leis ou regulamentos de assistência e proteção a menores (BRASIL, 1927).

As exigências do decreto para o recolhimento das crianças evidenciam a desigualdade para com aqueles que não tinham as condições mínimas para manter o bem-estar dos menores, condizendo com a falta permanente de ações sociais para que as famílias tivessem a possibilidade de modificar sua estrutura de vida, para reaver a guarda da criança ou não permitir que a criança fosse retirada de seu lar, estabelecendo em todo o regulamento, quem era a criança atingida pela situação irregular aos olhos das autoridades, definindo em alguns pontos do decreto supracitado, a pobreza como incapacidade de criá-los.

Essa forma de cuidado pautada na força do trabalho infantil, higiene e moral para o controle do Estado com as crianças e jovens empobrecidos como meio de tirá-los da vadiagem ganhou força no Estado Novo a modo de institucionalizar as pessoas privadas dos direitos básicos e, atribuindo à falta da assistência devida à família e, dando ênfase ao trabalho filantrópico. “A ação política filantrópica e assistencial produziu uma ampla rede institucional de controle, tais como as Escolas de Menores Abandonados e as Escolas de Menores Delinquentes” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009).

A separação entre abandonado e autor do ato infracional se dá de maneira distinta de como agir em cada caso. A criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) mostrava que, aquele que fizesse algo fora da lei, era encaminhado para reformatório e casa de correção, enquanto aquele que era carente, era destinado a Patronatos agrícolas ou escolas de aprendizagem de ofícios urbanos.

A perspectiva de ressocialização dos que vivem à margem da sociedade está sempre ligada à correção, para que possam aprender a viver em sociedade mesmo não se levando em consideração as condições em que essas crianças e jovens vivem fora das instituições ou tendo como primordial o trabalho como meio de oportunidade de modificar sua realidade.

A relação entre educação e trabalho foi valorizada para atender o modo capitalista de produção, fazendo ligação a ascensão social que refletiu diretamente na obrigatoriedade das instituições de assistência ao jovem, mantendo as crianças controladas e produtivas e naturalizando o trabalho infantil como algo digno, sem levar em consideração a escola como um espaço relevante para a volta do convívio em sociedade. Acreditava-se que, é melhor trabalhar do que estar nas ruas ou, é melhor estar aprendendo um ofício do que usando drogas. Essa ideia fortalecia a exploração das crianças que não possuíam oportunidades educacionais e satisfazia aos que não viam as crianças nas ruas, mesmo que o trabalho prematuro não garantia uma vida melhor ao jovem que era submetido a tais situações.

Esse contexto repressivo na forma de lidar com a população carente ganha um olhar crítico-social devido a Redemocratização que, considerada a primeira experiência democrática no Brasil, permitiu a conservação dos direitos sociais e a garantia dos direitos civis e políticos, tendo como uma conquista a proibição do trabalho noturno para os menores de 18 anos e menores de 14 anos em situação insalubre. A carta de 1946, com um texto restaurador no Artigo 166, estabelecia que: “A nova Constituição reconhece que educação é direito de todos e será dada no lar e na escola [...]” (CUSTÓDIO; VEROSNE, 2009). Esse foi um avanço no que diz respeito à educação popular impulsionada nesse momento pelo olhar educacional de Paulo Freire que enxergava a necessidade de apresentar os conteúdos escolares de forma que garantissem autonomia ao aprendiz.

Mesmo com tantos diálogos e reflexões com as instituições competentes para a realização de uma reforma para a educação, o que naquele era proposto, se mantinham presos aos direitos trabalhistas e o abandono. “ [...] Para a polícia, o número de crianças nas ruas encontrava-se ao redor de 60 mil” (MARTINS, 1998, p.101, citado por Custódio; Veronese, 2009, p.62). A ação do controle se mantinha forte e presente diante de um debate para uma educação de qualidade para essas crianças, o que tornou inviável uma legislação que garantisse a proteção e reconhecimento dos direitos infantis.

A política Nacional do Bem-Estar do Menor foi instaurada durante o Regime Militar, que cessou a vida democrática no país, trazendo a responsabilidade sobre o “menor” como assunto do Estado. Em 1

º de dezembro de 1964, é inaugurada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que, para além do retrocesso nas leis trabalhista que voltou a desfavorecer a criança e o adolescente, voltou a seguir com mais severidade as normas de institucionalização

do SAM.

[...] Além, disso, a Constituição Federal de 1967, seguida pela Emenda Constitucional 1º, de 17 de outubro de 1969, ao instituir a assistência ao universo infanto-juvenil, não seguiu no todo as Constituições precedentes, determinando duas modificações específicas. A primeira, referente à idade mínima para a iniciação ao trabalho, que foi reduzida para doze anos, e a segunda, instituindo o ensino obrigatório e gratuito nos estabelecimentos oficiais para as crianças de sete a quatorze anos, a partir de 1967, significou um retrocesso com relação às legislações da maioria dos países (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p.65).

A lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, instaura o Código de Menores, que legitima a repressão do Estado designando o conceito de menor em situação irregular colocando a criança como um problema social tanto na nomenclatura quanto na forma de cuidados, retrocedendo décadas com apenas uma lei. “A Doutrina da Situação Irregular conseguiu alcançar um parâmetro jurídico e institucional representativo do caldo histórico da cultura paternalista, autoritária, que olhava a pobreza como patologia social” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009).

A educação repressiva voltada para a obediência, se tornou uma luta constante entre instituição e institucionalizado, com a superlotação e o estigma que a separação entre infrator e criança carente, trazidos desde a década de 1930, quando foram denominados de “delinquente” e “menor”, faz com que aconteça entre eles um único desejo, sair do espaço que deveria ser destinado a proteção e evolução pessoal, provocando fugas em massa. Com as fugas, as crianças expostas nas ruas fortaleciam na sociedade a ideia de que o lugar daquelas crianças e jovens era dentro da FUNABEM e FEBENS que se espalharam por todo país, sempre com a ideia de não vê-los na rua, mas sem a preocupação de como estavam sendo tratados.

Propagandas mostravam esses espaços como espaços educacionais fazendo-se valer da fala popular de que, lugar de criança é na escola, causando assim a impressão de bem-estar das mesmas. A prática pedagógica existente naquele momento era voltada apenas para a correção e a superação do “desajuste social”, tornando a preocupação com a reintegração dos jovens com a sociedade prioridade, mesmo que, em um ambiente repressor e segregador. “A escola pode não ser, infelizmente, tão libertadora como se idealiza, pois, poderá refletir simplesmente o modelo autoritário (hierárquico) e, assim, instruir tão somente aqueles que a ela se submetem de forma dócil” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009 p. 91).

Dentro dessa perspectiva histórica de como os menos favorecidos foram sendo moldados juridicamente e educacionalmente para se encaixar dentro de padrões que não faziam parte da sua realidade e mesmo com as autoridades com atenção voltada para uma idealização

de infância justa desde o final do Império até o Regime Militar no Brasil, é explícita como foi a construção social entre criança e “menor”, tornando clara a diferenciação entre ambas no que diz respeito aos seus direitos.

Nova Redemocratização e Estatuto da Criança e do Adolescente: Um avanço para a emancipação do aluno privado de liberdade?

Nos anos 1980, os movimentos sociais ganharam força com os direitos conquistados através da promulgação da Constituição Federal de 1988. A democracia ganha espaço nas discussões sobre os direitos da criança no Brasil, dividindo-se em duas principais forças, menorista e estatutista, a primeira com o propósito de rever e fazer uma manutenção dos jovens em situação irregular (Doutrina da situação irregular) e a segunda que tinha como objetivo modificar tudo o que diz respeito à criança e adolescentes, revendo de forma crítica, para que o que fossem garantidos os direitos que fizessem diferença e protegessem a todas as crianças e adolescentes.

Com o avanço democrático e os direitos garantidos, fixam base para a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que ocorreu em 1990, e foi marcada como um grande passo nas conquistas dos direitos humanos, trazendo um novo olhar para os cuidados das crianças e dos jovens, especialmente quando comparados ao que se entendia como proteção até a chegada do Estatuto, como determina seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: a) A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais e públicas; d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude (BRASIL, 1990).

Complementando, seu Art. 5º determina que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

[...] Portanto, para além das suas possibilidades em garantir a efetivação dos direitos fundamentais, seu maior significado está na superação da posição predominante no século XX, que reduziu a criança a objeto de tutela, incapaz ou menor. O reconhecimento como sujeito de direitos implica um desenlace libertário da criança das amarras institucionais que cultivam as obrigações de obediência e submissão. Neste contexto, não interessa mais o estigma justificativo da intervenção estatal imposto à criança, mas, sim na possibilidade concreta e objetiva da criança e do adolescente em exigir a efetivação de seus direitos (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p.109).

Diante de um processo histórico excludente para as minorias, o ECA repercute de forma positiva na vida dos jovens privados de liberdade garantindo espaço social. A diferenciação no tratamento das crianças e adolescente muda de maneira significativa quando pensado na negatividade que esses jovens trouxeram ao longo da história. O ECA objetiva os devidos cuidados em tempo integral de crianças em jovens em conflito com a lei conseguindo ampliar as maneiras como serão tratados em cada situação após o recolhimento. O artigo 112, estabelece medidas que farão a distinção de cada ato cometido evitando que cumpram medidas desnecessárias, uma vez que, o jovem não é mais considerado preso e sim um cumpridor de medidas estabelecidas pelo juiz.

[...] Art 112 Lei de n: 8069/90: Verificada a prática do ato infracional , a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I –Advertência; II- Obrigação de reparar o dano; III- Prestação de serviços a comunidade; IV- Liberdade assistida; V- inserção em regime de semiliberdade; VI- Internação em estabelecimento educacional; VII- Qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta sua capacidade em cumpri-la, as circunstâncias e gravidade da infração. 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em lugar adequado as suas condições.”(Estatuto da criança e do adolescente) (BRASIL,1990).

Para além da mudança no tratamento dado a criança e ao adolescente a sua chegada à instituição acolhedora, individualizando cada caso, analisando de forma criteriosa para que não precise ficar retido por qualquer motivo, o ECA separa a criança do adolescente, estipulando a idade para que possam agir corretamente dentro das medidas a elas estabelecidas. Assim, é considerado que toda criança é aquele(a) que tiver até doze anos incompletos e adolescentes entre doze e dezoito anos. Essa separação não apenas traz a identificação entre um e outro pela faixa etária, mas também tem a intenção de libertar o estigma nos nomes que faziam relação aquele que estava exposto ou cometia algum ato infracional, fixando toda e qualquer criança e adolescente com a mesma terminologia independente da sua condição social.

Dessa maneira, a forma como o jovem passa a ser tratado quando comete um ato infracional e como essa ação gera consequência mais grave, tal qual o recolhimento e a privação

de liberdade, a instituição investigada passa pelo seguinte processo no que diz respeito inserção desses jovens a escola:

A escola estadual, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, instituição que também passou por um processo de mudança tanto no nome quanto em sua estrutura para ser vista e entendida como um espaço socioeducativo é regulamentada no modo EJA (Educação de Jovens e Adultos) que, semestralmente, se o aluno tem um bom desempenho, passa para série seguinte. Tendo assim, a uma duração menor entre uma série e outra.

Quando apreendido, o jovem é encaminhado para a Pedagogia, sessão que é responsável por descobrir, através da ajuda de um responsável, ou pelo próprio aluno, a sua vida escolar antes de chegar à instituição. A busca é facilitada por um site, Conexão Educação, que acelera o processo de descoberta sobre a vida escolar de cada jovem, desde que façam parte do mesmo município da instituição. A Pedagogia tem a função de encaminhar esses dados para a escola para que seja feita a matrícula.

Inicialmente, a escola só possuía alunos em caráter provisório, alunos que estão aguardando a decisão do juiz sobre seu futuro, gerando assim uma rotatividade constante em sala de aula. A gestão sobre essa alternância é feita diariamente pelos professores através de uma lista, para saber quais alunos estão na instituição e a quantidade de alunos que foram liberados pelo juiz, colocando novos alunos em sala para que a escola possa atender a todos.

Hoje, mesmo a instituição recebendo jovens em caráter provisório, existem os alunos que cumprem internação, alunos privados de liberdade por tempo determinado. Sabendo quanto tempo permanecerão na instituição, a escola dividiu turmas de alunos provisórios e turmas de alunos da internação.

A problemática que envolve as divisões de turma se dá pela superlotação que é a realidade atual da instituição, onde a obrigatoriedade escolar se mantém para todos, porém, a prioridade de vagas é para os alunos que estão na internação, uma vez que, a escola entende que o aluno da medida provisória poderá reiniciar seus estudos quando liberado. A escola passa por inspeções de promotores públicos que tentam fazer com que todos sejam atendidos, a última tentativa foi de implementar o turno da noite para que nenhum aluno ficasse fora da escola, mas a falta de agentes e professores para cumprir esse quadro se tornou inviável, e terminou o ano letivo de 2018, com 147 jovens em medida provisória fora da sala de aula. A iniciativa de um novo turno ou qualquer outra maneira de manter o jovem em sala de aula é orientada pelo

Ministério Público e pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

Entendendo a característica histórica do que era considerada educação aos que sofrem com as desigualdades sociais, o ECA é um avanço no que diz respeito ao estigma que essas pessoas carregaram e ao atendimento aos jovens privados de liberdade nos dias de hoje, porém, tudo parece está voltado ao campo judicial. Garantir o direito do jovem de estudar, garantir a forma como será tratado. Nesse sentido, as questões que surgem são: de que forma está sendo tratada a educação desse jovem? Quais os desafios encontrados pelos professores nesses espaços educacionais? A prática pedagógica é envolvente a ponto de trazer esperança para jovens que desistiram da escola anteriormente?

Seria uma arbitrariedade responsabilizar somente o professor pelo sucesso do aluno quando entendemos sob quais condições a maioria dos adolescentes chegam a esses espaços e, pior do que estar em um ambiente hostil, é saber que os alunos não se sentem representados pela escola quando sabe-se que já passaram pela escola antes de chegar à medida socioeducativa, o que pode gerar uma relação de conflito ou desinteresse. As condições externas somadas ao cárcere deixam a escola distante da realidade de muitos jovens que não encontraram significado na institucionalização já que a medida a ser cumprida requer privação de liberdade o que torna ainda maior o desafio do professor.

Capítulo 2 – Perspectiva Pedagógica Progressista: uma luz no fim do túnel?

A Pedagogia autônoma, trazida por Paulo Freire, aponta vários aspectos sobre a importância de entender o papel do educador como um facilitador do pensamento crítico, se livrando das amarras curriculares que os impedem de trazer questionamentos sobre o cotidiano dos alunos para fazer relação com que está sendo aprendido por ele.

Destacam-se em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, saberes necessários à prática educativa, pontos importantes para o professor entender a relação professor/ aluno, a busca constante do conhecimento social e intelectual através de pesquisas para que se mantenha crítico e entenda o público que está trabalhando. Freire enfatiza o conhecimento para além do saber automático entendendo que para o professor conseguir efetivar um trabalho pautado na criticidade é importante que ele entenda o seu papel como pesquisador, para que sejam considerados os saberes trazidos pelo senso comum, e que consiga, através do seu conhecimento, superar a ingenuidade daqueles que ainda não conseguem entender as várias formas de enxergar o mesmo assunto, como se conhecer fosse banir a automatização do saber.

Práticas como fazer a ligação entre cotidiano e escola, é uma das maneiras para exemplificar o que é fazer da educação uma constante troca para que o aluno entenda o lugar dele na sociedade e para que, no caso dos mais pobres, entenda por que só determinado espaço lhe é permitido. Como, por exemplo, entender a geografia da cidade e a forma como ela foi pensada para uns, e determinada para outros e, assim, compreender os interesses territoriais, considerando o cuidado do poder público com alguns bairros, compreender a importância do seu espaço enquanto construção social e urbanística no sentido de valorização e entendimento das divisões de classe, sem inferiorizar determinadas regiões e nem fazer daquele espaço, um único espaço de trânsito do aluno. Junções que permitam que os alunos entendam o seu lugar e a possibilidade de mudar, é uma das maneiras que faz com que o professor respeite o aluno através do conhecimento. A reflexão sobre tudo o que está a sua volta, de maneira interativa com as disciplinas, permite que não haja limitações na hora da aprendizagem.

A criticidade é o ponto mais importante para que a educação seja autônoma, possibilitando que o aluno evolua e possa superar a ingenuidade através da curiosidade. Para que o interesse surja através de um pensamento liberal, um pensamento contemporâneo, assim como foram movidos os grandes filósofos e como são movidos os cientistas em busca de novas

descobertas.

A maneira para se chegar ao conhecimento não está relacionada à posição social que o indivíduo ocupa, e sim, na forma como está sendo conduzida a busca do conhecimento, as motivações que os levam a querer saber mais e entender questões camufladas pela rigorosidade disciplinar exigida na educação básica. Dessa maneira, a busca do conhecimento se torna incessante na troca entre professor e aluno, como se diferentes realidades conseguissem se comunicar e superar a estranheza, tirando o professor do papel de protagonista em sala de aula e tornando o conhecimento mútuo.

[...] A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte de integrante fenômeno vital. Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p.33).

Essa troca não está ligada somente numa versão humanitária sobre o conhecimento, o pensamento crítico precisa estar associado à ética para que não fique rasa a descoberta dos alunos, como se a almejando a criticidade eles soubessem o que acontece ao seu redor, mas não fizessem nada ou, simplesmente, não quisessem fazer algo para modificar a sua realidade, ficando assim o conhecimento pelo conhecimento, os tornando vítimas de um Estado opressor ou cínicos a tudo que os cercam.

É a missão árdua diária do professor, que entende que uma sociedade cheia de conflitos e as formas punitivas dadas aos que fogem às regras sociais, fazer o jovem compreender que, ser ético não é deixar de fazer mal com medo da punição, e sim, escolher fazer bem, mesmo sabendo que é possível fazer o mau. É fazer entender que homens e mulheres são seres históricos, sociais e culturais em constante construção e que não existe nada determinado quando entendemos que muito da história que trazemos está ligada às relações entre o bem e o mau e que essa é uma visão da qual precisamos repensar.

Outro fator importante quando se pensa no ensino ético é a relação feita com a estética, a verdade corporal do professor, como se divididas a ética estaria ligada diretamente aos conteúdos e a importância de valorização da interdisciplinaridade para se alcançar o pensamento crítico, e a estética, a linguagem não verbal, aquela em que as expressões podem desmentir o que a boca fala e se faz necessária para que haja coerência na apresentação dos conteúdos, ética e estética precisam caminhar juntas para que o aprendizado tenha sentido.

O professor fadigado, sem esperança com tudo que envolve a educação, pode automatizar o discurso e desumanizar o saber, impedindo a liberdade de pensamento. O professor precisa enfrentar o desafio de não perder a sagacidade a qual o motivou estar em um espaço de transformação, não deixar soar falso o discurso que existe a possibilidade de crescimento pessoal através do conhecimento e sair do patamar que o impede de olhar nos olhos dos alunos que pode causar um rompimento nas relações tornando-a autoritária e sem conexão com o discurso libertador.

Inutilizar uma aula fazendo com que os alunos copiem datas e nomes de filósofos sem que consigam compreender a importância desses estudiosos para o desenvolvimento do pensamento crítico automatiza o saber, mas quando se tem uma relação harmônica entre ética e estética, o conteúdo se torna relevante, o que para Freire é deixar de transferir conhecimento. Toda a dinâmica que envolve a aula está ligada diretamente a sinceridade na relação professor/aluno que, para além de tornar possível o conhecimento, precisa ter a humildade em respeitar o diferente sempre fazendo do debate um momento de aprendizagem e compreensão no que diz respeito ao outro. Se “Pensar certo é fazer certo”, as atitudes precisam ser coerentes diante de um público que está desvendando novos mistérios.

Não se deixar levar pela ideia de que o conhecimento adquirido na formação acadêmica e pela atmosfera autoritária em que vivemos individualize as relações entre todos que dão vida a escola, fazer da prática algo que não condiz com a realidade é subestimar a inteligência daquele que consegue ver a realidade, muito bem exemplificado no livro, Freire se refere às condições estruturais e materiais das escolas. Quando o professor valoriza todos os espaços escolares, ele grita sobre um discurso silencioso do descaso imposto pelo poder público. É como se o professor, através de uma atitude, conseguisse mostrar que existe uma enorme diferença entre anular uma aula por conta de uma goteira na sala, ou transferir a aula para o pátio por conta de uma goteira. Além de valorizar a estrutura da escola, é colocado também que não é qualquer obstáculo que vai anular um dia de conhecimento, respeitando o aluno e, mostrando a importância do cuidado com o espaço que lhe é cedido para estudar. Enfrentar as barreiras do descaso é entender o poder do currículo oculto e dar a devida importância ao aluno.

São as atitudes como a de valorização das pessoas que estão no mesmo espaço, mesmo que esse espaço seja ainda construído de maneira hierárquica, que fazem o professor se assumir como sujeito, e criar condições para que os alunos consigam se assumir como sujeitos e saiam do papel de meros objetos condicionados pelas regras e restrições que a escola geralmente

exige. Entender todas as relações que permeiam esse espaço contribui para que não haja a exclusão do outro, impedindo o aluno de refletir sobre si mesmo, permitindo a ele um lugar de fala e de importância sobre tudo o que trouxe de suas vivências. “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto” (FREIRE, 1996).

Esse trecho sobre permitir o aluno que se torne sujeito, trouxe uma lembrança de uma experiência no estágio no ensino fundamental, quando a professora, depois de um longo feriado, perguntou as crianças o que elas tinham feito nos dias de folga. Uma das crianças levantou a mão e disse ter feito uma viagem e, quando falou o local que tinha ido, imediatamente foi desqualificado pela professora que, no seu entendimento o trajeto era muito curto para ser considerada uma viagem. A professora não levou em consideração a idade da criança e sua noção de espaço e que aquelas crianças, em sua maioria, não têm em seu histórico uma vivência que lhes permitam viagens nos fins de semana e feriados, como se estivesse falando com pessoas com a mesma estrutura financeira e o mesmo nível cultural.

Essa falta de percepção do professor em não dar importância para o que o aluno tem para mostrar, pode trazer sequelas que não condizem com uma prática pedagógica progressista, dando certo distanciamento nas relações e inibindo o aluno de trazer novas experiências por achar que não são significativas. “Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não de transferir conhecimento” (FREIRE, 1996). E assim, o tornar sujeito, e trata o aluno com significância, não como um mero objeto que movemos de um lugar para o outro sem tirar proveito das relações para alcançar o conhecimento que objetiva a criticidade.

Não transferir o conhecimento está ligado diretamente à prática, à maneira como o professor vai ministrar a aula diante do seu conhecimento sobre a teoria, a forma de exemplificar de maneira concreta e relevante sem se deixar cair em contradição pelas atitudes e de como se portar diante de tal temática. Perceber a importância do planejamento das aulas para que consigam entender as entrelinhas, e que o conteúdo não fique exposto de maneira rasa. Agir de acordo com o que diz, desde ensinar a jogar o lixo no lixo e agindo com a mesma conduta, até em tratar de temas mais complexos, com a mesma postura da atividade simples que é manter a escola limpa, por exemplo.

Se jogo o meu lixo ou pego um papel deixado por alguém no chão e jogo no lugar destinado a ele, me torno exemplo de algo que expliquei em sala de aula, reforço que é importante manter o ambiente limpo, para mim, e a todos que frequentam o mesmo espaço, mas se trabalho em sala de aula as desigualdades sociais, fazendo com que o aluno entenda a forma como foi construída a história do negro no país e que, ainda pautado no racismo e esquecimento, trazendo exemplos atuais de que ainda existe trabalho escravo, e quem é a população que se submete a esse trabalho e ao mesmo tempo não respeita os funcionários negros da escola, colocando-os num papel de inferioridade, me torno ilógica. Ensinar vai além das leituras e explicações, está nas ações e postura, é importante que o professor entenda, de fato, o que está querendo quando está disposto a ter uma postura crítica diante do que explica.

O respeito a tudo que envolve a escola é a chave principal para que as relações sejam honestas e toda ação seja construtiva. Para que isso seja alcançado, é preciso entender que estamos sempre em construção, nunca prontos, independentemente do que trazemos no currículo, somos seres inacabados. Seres que mesmo com uma formação acadêmica, precisam assumir a condição de leigo em outros assuntos, mesmo que esses assuntos estejam relacionados a vivência dos alunos. Quando o professor entende que determinada postura ou comportamento do aluno está ligado ao que ele tem como conhecimento, se tem a sabedoria de não menosprezar sua fala, seus gostos e cultura. Não tentar impor a sua experiência acadêmica e de vida, desqualificando a postura do aluno, é compreender que estamos num ambiente de troca e que essas atitudes precisam ser vistas com respeito para serem contextualizadas. Fazer com que o aluno entenda através dessa troca que suas atitudes podem ser transgressoras no que diz respeito à ética e fazer o aluno entender tal comportamento sem julgá-lo, é compreender que só transgrede aquele que está dentro de uma sociedade ética e que é capaz de aprender, pois, é um ser em construção. Ignorar tais posturas, é um erro por parte do professor, que perde a oportunidade de fazer com que o aluno perceba suas atitudes preconceituosas se tornando cúmplice da única percepção de mundo ou do que é entendido pelo aluno sobre ética.

[...] O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista classista, sei lá o quê, mas se assume como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genética, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996, p. 59).

A autonomia do aluno precisa ser respeitada para que se estabeleça uma relação de confiança e dê sentido à prática progressista. Deixar oportunidades de conversas sobre um

discurso de angústia, dúvida, preconceito, favorecimento da timidez por comodidade, vai contra qualquer intenção de educação pautada na liberdade de pensamento. Voltando ao exemplo dado anteriormente sobre a professora que interrompeu a fala do aluno quando perguntado sobre seu fim de semana, enquanto ela dialogava com outros alunos sobre o passeio do feriado, descontente com a interrupção e o peso que carregava sobre seu fim de semana, o aluno veio até a minha mesa e disse que tinha ido para casa de um parente em outro município porque seu irmão estava com problemas com a polícia e sofreu agressões severas por parte dos policiais.

Levando em consideração que, estamos falando de uma criança de seis anos, vejo como uma responsabilidade do professor entender o espaço e a localização da escola para que se responsabilize quando questionar as crianças sobre sua vida fora da escola. Deixar situações como essa passarem despercebidas ou reforçar a violência policial sem o questionamento correto é se colocar distante da realidade dos alunos e fazer o contrário do que é esperado para uma reflexão crítica.

A honestidade na relação precisa ser um ponto determinante na escola para que situações externas sejam desconstruídas de forma positiva e o aluno consiga admirar e entender o quão importante é exercer a profissão do professor, entender que esse espaço é para além do conteúdo e que tudo o que está ligado aos conflitos sociais tem de certa forma ligação com a aprendizagem.

Quando Freire menciona que “Ensinar exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos”, nos faz entender que, para ser respeitado como um profissional, o professor precisa se impor e se responsabilizar diante do descaso do estado pela escola que joga toda responsabilidade sobre os profissionais que ali estão. Passar por cima desse entendimento e aceitar que as coisas são dessa forma ou fazer um trabalho malfeito, torna-se um desrespeito com o aluno. É preciso que, todos que participam da vida escolar entendam como se dá sua funcionalidade para que, as lutas por busca de valorização do professor e da educação sejam compreendidas pela população e, principalmente, pelos alunos, para que a busca de direitos não seja vista como ato de vandalismo. Fazer com que o aluno entenda o desprezo pelos espaços educacionais vai além de luta partidária de um estado que não mostra respostas significativas, independentemente se sua luta é voltada para o social ou para conservadorismo, é preciso ser sincero nas ações para que se tenha confiança ser for preciso lutar por melhores condições.

Historicamente, a escola das pessoas menos favorecidas estava ligada a filantropia, colocando o Estado no papel de incapaz sobre suas responsabilidades e fortalecendo a ideia de que a valorização da escola precisa vir dos profissionais e alunos e não do Estado, relacionar o profissional da educação com “tio e tia” faz parte desse processo de colocar a escola em um ambiente familiar, porém, de comodidade sobre as práticas.

O papel do tio no âmbito familiar pode ser de cuidar do sobrinho, mas a maior responsabilidade sobre o sucesso não está atribuída aos tios e sim aos pais, e quem é o pai do aluno quando pensamos em uma escola de qualidade senão o Estado? A forma carinhosa não pode estar relacionada às responsabilidades que temos como professor. Se o professor se deixar levar pela ideia de que faço o que posso, de que não tem mais jeito, ou de que é assim mesmo, ele tira todas as outras responsabilidades que estão relacionadas à prática pedagógica e não faz uma conexão coerente do seu discurso de luta por uma educação melhor.

Se movimentar para efetivar uma prática pedagógica que dialogue com as diferenças de forma coerente se destaca na leitura da educação progressista. Quando entendemos que “Ensinar exige alegria e esperança” no intuito de reforçar a importância de que somos seres inacabados, para que possamos nos mover sempre em busca da compreensão da realidade. Assumimos a condição de esperançosos, permitindo que aquele que absorveu as diferentes realidades sociais as tenham como determinadas, percebendo que o mecanismo político partidário se mantém em discurso sobre o que é melhor para vencer os desafios de enfrentar as desigualdades, mas provocando uma separação entre os mais interessados sobre essas mudanças que acabam no conformismo, , dificultando que todos os que passam pela educação possam se enxergar como um ser histórico, cultural e social e que, para mudar algo que parece fixo, depende tanto das nossas ações como indivíduos sociais quanto a dos governantes.

Fazer esse movimento de compreensão política do aluno exige do professor honestidade sobre as diferentes realidades sociais, pois, por mais que o professor lute, ou queira mudar algo através da educação, as diferenças e privilégios são gritantes entre um e outro. Manter viva a convicção de que é possível mudar, vai para além do discurso politizado e que, se não contextualizado de maneira correta, pode acabar caindo na ideia de que, a luta em prol da mudança seja em vão ou apenas um radicalismo excessivo, rebelde e revoltado de alguém que entendeu a maneira como as divisões de classe são impostas e não conseguiu sair do espaço do discurso, assumindo o papel de neutralidade perante tudo que está a sua volta, se adaptando as diferenças. A revolta precisa existir para que o professor consiga se mover, mas que aconteça de

maneira positiva em relação a compreensão do aluno sobre outras possíveis realidades em relação ao seu futuro.

O simbolismo que o aluno de uma comunidade carente carrega, se torna determinante para que se coloquem no lugar de inferioridade e incapacidade de alcançar lugares de destaque quando comparados aos demais. Uma educação transformadora não pode se acomodar a essa condição ideológica imposta pelo esquecimento governamental sobre esses espaços. A partir do momento que o educador entende que é possível mudar, ele deve se adequar a realidade dos que estão a sua volta para que a linguagem utilizada seja pertencente e, através dessa postura, conseguir realizar mudanças de pensamentos ingênuos sobre a determinação que cada um tem na sociedade.

As expectativas precisam ir além da informalidade que é colocada o tempo todo como a única forma de sobrevivência e *status*, como se concluir o ensino médio e entrar no mercado de trabalho fossem a única saída para uma pessoa ser considerada digna e aceita dentro de um ambiente que é considerado hostil, criando um limite entre favela e ensino superior.

A curiosidade é tida como o ponto crucial para Freire que, entende que a objetividade dos conteúdos e a rotina do professor sobre a mesma disciplina podem manter o mecanismo da aprendizagem, desestimulando a reflexão sobre os questionamentos colocados em sala de aula. O professor, preso a obrigação curricular e aos conteúdos que precisam ser apresentados, acabam fazendo da aprendizagem ações que não geram surpresas. A curiosidade em sala não pode ser vista como algo que cause espanto ou medo, é preciso ser entendida com uma forma de troca de conhecimento que tira o professor do espaço de detentor do saber, podendo mostrar ao aluno que não sabe de todas as coisas e podem procurar juntos soluções para questões sem resposta imediata.

Quando relacionada aos conteúdos, é importante que o professor passe as informações na medida correta para que, obrigue o aluno a pensar e buscar sempre mais, para que consiga associar à curiosidade a iniciação científica, ligando à atuação do pesquisador a procura da verdade absoluta. Se desligar dessa aparelhagem que a prática muitas vezes condiciona, é uma maneira ou, a maneira, de fazer com que o aluno veja o mundo de outra forma que não a metodológica, que os faz chegar ao mesmo lugar, sem mudanças significativas, fazendo da escola apenas um lugar de passagem para a próxima etapa da vida e não de um espaço que leve a outros espaços reflexivos.

Outro ponto importante destacado, é uso da tecnologia no auxílio ao estímulo a curiosidade, a valorização das novas formas de pesquisa não só conecta a vida externa a escola, mas faz com que se torne um ambiente de progresso, conseguindo se manter viva em relação ao mundo. O questionamento do uso da tecnologia junto a prática pedagógica, deve ser a preocupação do professor em relação à curiosidade, para não se criar acomodação na busca rápida por respostas, fazendo uma relação negativa com os questionários dos livros didáticos que, têm a resposta pronta e o aluno apenas copia.

Todas as ações dos professores precisam ser entendidas como uma grande responsabilidade quando reconhecido que ensinar é intervir. É preciso ter consciência de que não existe neutralidade em qualquer que seja o posicionamento adotado pelo professor, se sua escolha for prevalecer à educação ideológica dominante, ele precisa fazer com que o aluno entenda que é dessa forma que está determinado. Assim como se, for agir de acordo com a responsabilidade que o professor carrega de lutar por uma sociedade mais justa e sem preconceitos, se faça entender a importância de todas as discussões, para que o aluno consiga interpretar as entrelinhas, pensar criticamente sobre o que parece está determinado de forma excludente para uma parte da sociedade enquanto classes dominantes usufruem dessas desigualdades. Entender que a busca pelos direitos mínimos é uma revolta digna que não são atos rebeldes e marginalizados, mas atos de alguém que conseguiu extrair de uma educação libertária o posicionamento para uma sociedade mais igualitária.

Para exercer essa prática intervencionista, o professor precisa compreender as ligações entre a liberdade e autoridade, distinguir autoridade de autoritarismo, para conseguir efetivar um trabalho respeitado por todos, identificando o ponto de equilíbrio nessa relação que parece ser distinta, porém, entrelaçadas a partir do momento que se é compreendido que todo lugar tem regras. A liberdade dada pelo professor não pode ser confundida com a quebra das regras já impostas na escola para um bom convívio e respeito ao outro, deixando entendido que liberdade requer responsabilidade. Quando só a liberdade é colocada em prática, quando o professor se enxerga progressista a ponto de entender que qualquer ato que diz respeito a autoridade no espaço educacional é tolher o aluno, pode desconstruir a ideia de ética, como se passasse a mensagem que ali tudo é permitido e que, na verdade, o próprio aluno sabe que, em todos os lugares existem regras estabelecidas para o convívio social e que, a vontade dele não pode sobrepor as regras de nenhum espaço.

Estabelecido esse posicionamento, todo e qualquer assunto poderá ser discutido, ajudando na tomada de decisões, uma vez que, é o aluno que precisará enfrentar seus desafios, mesmo que tenha como referência seus pais e professores que, de certa forma, são as primeiras pessoas que ensinam o que é ser ético, e assim, tornando mais fácil a conquista da autonomia. Não é a idade que determina uma ação que aos olhos dos pais ou professores pareçam ingênua, imatura ou irresponsável é, ao longo de uma formação baseada no entendimento entre liberdade e ética que se constitui uma pessoa sensata em suas ações, facilitando seu crescimento pessoal.

A partir do momento que se entende que educar é intervir para a transformação social, econômica, do trabalho e aos direitos básicos como educação e saúde, Freire mostra que, intervir vai para além dessas conquistas sobre entender a funcionalidade mecanicista que se impõe sobre a vida de algumas pessoas e afirma a responsabilidade de consciência nas decisões tomadas pelos professores. A coerência sobre a prática é o ponto primordial dessa tomada de decisões para que se assuma a postura que vai tomar de forma ética.

A inexistência da neutralidade se torna visível quando o professor é honesto nas suas ações independente do seu posicionamento político, sobre a prática e fica entendido que qualquer postura adotada, seja ela paternalista e autoritária ou libertária e progressista, de que educar é um ato político e, uma vez que, entendido pelo aluno, ele tenha a liberdade para escolher qual caminho seguir e ter direito a sua fala quando for confrontado.

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sai presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (FREIRE, 1996, p. 110).

Omitir, deixar de se posicionar com a ideia de que ensinar é uma responsabilidade apenas o professor com conteúdo pronto, e o aluno o receptor desse conhecimento, sem questionamentos do que é colocado, para este, torna-se uma prática covarde quando fica entendido que, qualquer ato na educação é político, fica claro que a educação, apenas como transferência, não modifica, é apenas uma educação maçante para que se alcance um objetivo que é passar para o ano letivo seguinte.

São detalhes do comportamento do professor que fazem com que o aluno se aproprie de forma adequada, o simples fato de escutar o que o aluno diz e trazer como experiência sobre os temas apresentados em sala de aula, mesmo que ofensivo ou preconceituoso, precisam estar

atentos aos ouvidos do professor para que, através do diálogo se desconstrua pensamentos e ideias que não dizem respeito ou são mal interpretados. Usar da superioridade para manter o silêncio na sala de aula, ignorar o momento de fala do aluno no intuito de evitar ser confrontado tomado pelo pensamento de que qualquer diálogo é perda de tempo, não dá o direito de o aluno expor suas verdades, sentimentos e conflitos, mantendo a escola estática, porém, sem equilíbrio com a realidade do aluno ignorado.

Paulo Freire defende dar voz ao aluno para que esse movimento não seja apenas de dentro para fora, de cima para baixo, e que, não se anule nenhuma fala por medo ou desconforto ou, até mesmo, desprezo, evitando uma relação de superioridade. Ao mesmo tempo em que Freire defende a troca do diálogo, ele também acredita que o professor não deve aceitar desrespeito em qualquer que seja a situação, e que, caso aconteça, deva ser enfrentado com dignidade, entendendo que os alunos não são alvo de um conflito causado por um Estado omissivo e, até quando desafiado a sair de uma situação desrespeitosa, não esqueça sob qual mecanismo e privações que os alunos possam passar para tomar determinadas atitudes.

[...] O que a humildade não pode exigir de mim é a minha submissão à arrogância e ao destempero de quem me desrespeita. O que a humildade exige de mim, quando não posso reagir à altura da afronta, é enfrentá-la com dignidade. A dignidade do meu silêncio e do meu olhar que transmitem o meu protesto possível (FREIRE, 1996, p. 119).

A importância do escutar, para ser escutado, escutar para pensar criticamente na resposta que dará a cada indagação mesmo estando fora do contexto ou com tom de intimidação de quem se esconde na fragilidade por desconhecer o pensamento crítico e, a forma que esse pensa, possibilita de agir com naturalidade em qualquer assunto que venha ser confrontado. Escutar para compreender cada palavra que possa distanciar o professor da realidade do aluno e fazer o caminho contrário, tornando possível uma proximidade através das diferenças, ser humilde a ponto de dizer que não entendeu e desconstruir o que existe de negativo por trás da fala e, transformar as diferentes realidades em compreensão. Escutar para não possibilitar que o diálogo aberto, crítico e construtivo se torne fofoca ou desrespeito, assegurado na intimidade que geram as relações, tornando clara a separação de uma conversa informal, de uma conversa crítica dos assuntos e temas discutidos em sala de aula, e que, mesmo dando voz a todos, que sempre aconteça de maneira respeitosa com os que se propuseram a dar sua opinião. Escutar para além de se fazer valer do privilégio de ter a capacidade auditiva. “Escutar no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para abertura

da fala do outro, ao gesto do outro, as diferenças do outro.”

Não existe maneira mais sincera de ser professor do que entender a importância de escutar e valorizar o diálogo como ponto crucial para a reflexão de todas as informações que nos são dadas todo o tempo. Não importam quão sensacionalistas ou desnecessárias todas as notícias são escritas ou narradas nos veículos midiáticos para nos fazer pertencentes a elas mesmo que noticiada de maneira rasa. A rapidez com o que nos é passada não permite reflexão profunda sobre todos os temas abordados e é entre a vida glamorosa do artista e o extermínio de moradores de comunidade que vamos naturalizando o que está errado, sem tempo para discussões mais profundas. O professor que não entende os arredores do seu local de trabalho, dificilmente conseguirá manter um debate proveitoso sobre a violência local, trazendo uma reflexão sobre como são tratadas algumas regiões pelo poder público, entre outros diversos assuntos que cercam a vida dos alunos fora da escola, como a demora do transporte público e sua conservação, deixando claro que não é preciso andar de ônibus para se fazer perceber porque em alguns lugares da cidade circulam ônibus novos com ar condicionado enquanto na mesma cidade, em outros bairros, há superlotação e descaso.

Paulo Freire coloca o diálogo como essencial, desde que tenha sentido e, se faça de maneira crítica ao cotidiano dos alunos que, muitas vezes, está distante da realidade do professor. A importância de abranger seu conhecimento, sobretudo o que cerca a escola, traz a possibilidade de debates produtivos a partir da experiência do aluno, possibilitando mudanças significativas de sua realidade. É dever do professor que entende as diferenças sociais, tornar qualquer diálogo uma possível mudança.

A cada ponto destacado no livro sobre o que se exige para que se tenha uma educação igualitária sempre com base na criticidade a todas as questões que fazem parte da realidade do aluno, Freire finaliza o livro enfatizando a importância da afetividade nas relações como determinante para a concretização de uma educação mais justa. A seriedade que o professor carrega para conseguir objetivar seu planejamento não precisa estar distante do afeto que ele tem pelos alunos, tendo como mais importante, nessa relação, a separação em, lidar com posturas tão distintas para que, não se perca os princípios que motivam e orientam os alunos. O professor não precisa se acovardar aos sentimentos para que seja respeitado usando só da postura rígida, fria e autoritária para conseguir bons resultados.

Afeto e alegria estão destacados como importante pela força que esses sentimentos têm de ajudar a impulsionar o dia a dia, mantendo a esperança para não cair na rotina ou desânimo,

deixando que o cansaço tome conta de um espaço que precisa dessa junção entre rigorosidade e amorosidade para se mover. A imagem do professor vinculada ao cuidado, ao afeto e ao amor, não pode ser uma ameaça ao pensamento crítico, a cientificidade e as lutas por melhorias educacionais, porque é partir da verdade dos sentimentos e posturas que se cria um ambiente agradável e sincero, quando o professor toma apenas uma postura rígida, ele cria um personagem que é identificado pelo aluno que enxerga a diferente maneira que o professor age com outras pessoas da escola, a sinceridade no agir que aproximam as pessoas e as fazem ser entendidas e respeitadas. O professor não pode ser identificado apenas por uma pessoa zelosa e cuidadora, mas sim, conseguir exercer o seu papel de trabalhador crítico as desigualdades e que merece respeito sem ter medo de demonstrar seus sentimentos.

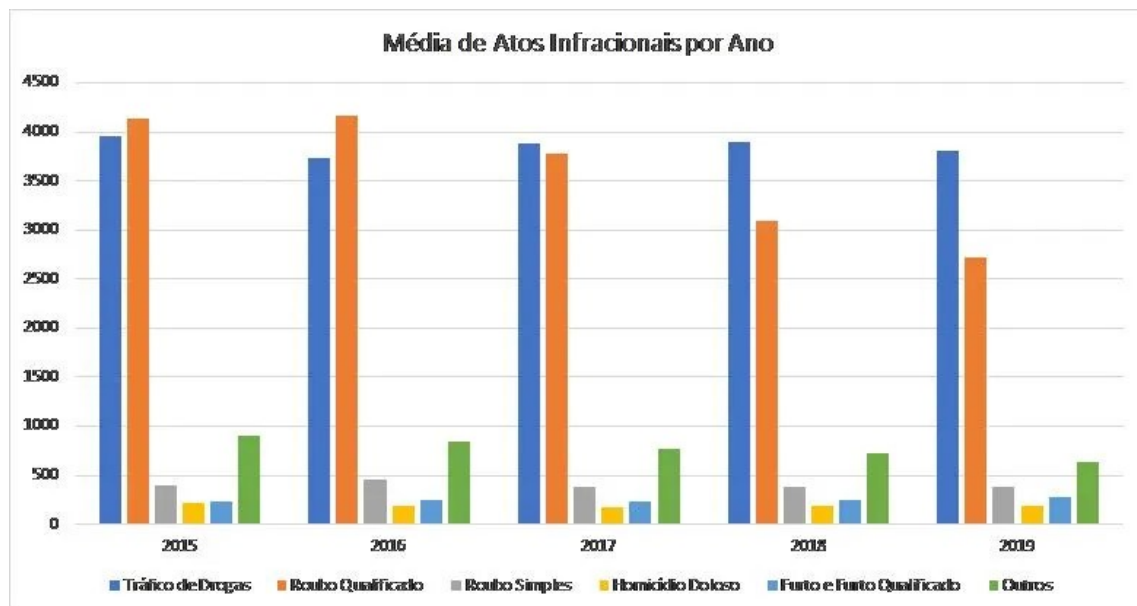
Apesar de o espaço destinado a educação ser construído para que tenhamos corpos doutrinados, prontos para o ajuste social, desde a sua estrutura física parecidas com fábricas, ou até mesmo presídios, onde tem horários determinados comandados por alarmes, uniforme e lugares afincados, é preciso entender que estamos lidando com pessoas em construção e que, esse mecanismo de repetição comportamental não acabe com o direito de sonhar, que o professor não se mantenha neutro a essa rotina maçante a qual é ordenado por um projeto político pedagógico metódico e que não condiz com a realidade da escola e seu entorno, conseguindo manter viva a esperança por saber que está lidando com pessoas que merecem ser respeitadas.

Capítulo 3- Medida Socioeducativa e Escola: Discutindo a vivência e a percepção sobre prática do professor que atua com aluno privado de liberdade

A grande maioria dos jovens que cumprem medida nos espaços socioeducativos reside nas regiões periféricas das cidades, lugar marcado pela desigualdade e pela falta de política pública que permite que o jovem esteja mais próximo da violência. Criados sem a figura paterna, por mulheres de baixa renda e com número de irmãos acima da média, esses jovens convivem na mesma sociedade consumista que é comum a qualquer outro jovem. A falta da estabilidade financeira leva esses jovens a cometerem roubos, entrarem para o tráfico de drogas e praticar furtos, que são a grande incidência dos atos cometidos pelos jovens que se encontram privados de liberdade.

A faixa etária também é determinante para saber quem é o jovem seduzido por bens de consumo que não pode ter como celulares, tênis e roupas de marcas famosas, que são os pertences considerados mais importantes para eles. A partir dos 12 anos de idade, o jovem já pode ser apreendido, podendo ficar na medida socioeducativa até os 21 anos de idade, dependendo do ato infracional cometido, mas, a maioria que se encontra nesses espaços estão na faixa etária de 16 a 18 anos.

Figura 1: Média de atos infracionais cometidos por adolescentes pr ano.



Fonte: Fundação CASA (2019).

Vejamos o raio-x do menor infrator de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), na qual observa-se que, a quantidade de adolescentes envolvidos em roubo qualificado tem diminuído, enquanto a quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico de drogas aumento entre os anos de 2017 e 2019, quando comparado aos anos anteriores.

Este capítulo, relata as experiências de professores que atuam nesses espaços e suas percepções a partir da prática pedagógica utilizada por eles. A relação com os alunos e o que poderia ser banido ou modificado no currículo quando comparados a escola formal, no intuito de driblar o desinteresse desses jovens que veem a escola como uma porta de saída da instituição, visto que, o juiz avalia a frequência escolar como algo positivo em seu processo de ressocialização.

O acesso ao Degase foi facilitador. Um amigo em comum, que trabalha como agente, me permitiu chegar à Pedagogia, onde obtive conhecimento superficial sobre a realidade dos alunos em relação à escola, entendendo que esse setor é responsável por coletar dados para formalizar a matrícula desses jovens à escola e também a promover trabalhos pedagógicos de conhecimento sobre seus direitos e deveres que são realizados através de vídeos, reuniões e dinâmicas. A partir dessa primeira experiência, não me pareceu muito clara a explicação sobre como ter acesso a escola e fui em busca de como chegar aos professores para melhor entender a prática pedagógica realizada na escola.

Depois de ter feito um curso de extensão na Universidade Federal Fluminense sobre “Educação em Espaços de Privação de liberdade”, percebi que, o acesso a escola é facilitado quando conhecemos alguém que atua nesses espaços e são essas pessoas que se dispõem a ajudar os interessados pela educação desses jovens, revelando a dificuldade para quem não faz parte de espaços de privilégios, assim como, as Universidades ao tentar uma aproximação com as escolas socioeducativas. Depois de transitar nesses espaços consegui contato com uma professora do Centro de Socioeducação Dom Bosco que, muito solícita, conseguiu com que outros professores respondessem as questões dessa pesquisa que visava entender se existe relação na prática pedagógica utilizada por eles com a prática progressista de Paulo Freire que se faz muito importante para que esses jovens reconheçam as diferentes realidades sociais de forma crítica e coerente, uma vez que, quando liberados pelos juízes voltam a sua realidade.

Os professores que numerei como professor um (1), professor dois (2) e professor três (3), responderam às perguntas via celular através de áudios e que foram transcritos. Após enviarem as entrevistas, uma das professoras ofereceu uma visita à instituição. Porém, essa

visita não foi concretizada devido a empecilhos colocados, como a necessidade de antecedência para agendar em função das atividades diárias.

Percepção dos professores sobre a prática

Entender a realidade do aluno antes de chegar à medida socioeducativa faz com que o professor repense a prática pedagógica na qual o aluno traz como experiência das escolas que passaram anteriormente, no intuito de dar uma nova interpretação de escola para ganhar o interesse pelas aulas.

Mesmo a escola sendo um direito garantido pelo jovem privado de liberdade, diferentemente do sistema penitenciário onde os detentos escolhem ir à escola ou não, esse jovem consegue driblar a obrigatoriedade, quando entende que não será levado a força para a sala de aula, fazendo com que aumente a responsabilidade do professor com seu planejamento de aula.

Ressignificação, interação e entendimento sobre as dificuldades enfrentadas por jovens que vivem a margem da sociedade são os pontos cruciais para os professores agirem de forma diferente sobre as práticas e trazer o aluno para sala de aula, fazendo com que ele entenda a escola como um espaço de transformação:

*“Sim, eu vejo **no professor que trabalha com socioeducação uma postura de resgate, de tentar resgatar esse garoto pra escola, e que ele entenda o quanto à escola é importante.**”(professor 2).*

Ainda que rasa a resposta sobre a prática, a ideia de resgate se mostra no seu mais amplo sentido como libertação, redenção e remição para além dos muros e portões que impedem a saída do jovem privado de liberdade, e da escola, como um passo para novas oportunidades, não revelando de modo explícito como funciona esse resgate, mas mostrando que, é feito o possível para reconquistar a confiança do aluno pela instituição escola.

*“Eu entendo que **o papel da escola fora do sistema está completamente desatualizado e equivocado, não gostava quando escutava isso, mas é uma escola não atrativa, não é apropriada para essa juventude que mudou muito, no meu tempo já não gostava, imagina agora que essa juventude é tão visual. Então, na verdade qual o é papel nosso na escola? Primeiro, a gente tem o papel de tentar reconquistar esse menino para o ambiente escolar, fazer com que ele tenha vontade de vir a escola dentro da unidade. Quando a gente traz esse menino para escola, a ideia é que ele lá fora tenha vontade de estudar [...]. Eu sou de Biologia, eu procuro usar o visual deles,***

*trabalho maquete, desenhos no quadro, **mas nunca escrevo nada, raramente** eu uso o quadro para desenhar, explicar. Matéria no quadro é coisa que não curto, uso documentário, e o que mais uso mesmo são maquetes.” (Professor 1)*

Ter que pensar na prática de acordo com o mecanismo diferenciado que se dá nesse espaço deixa o professor limitado à ação, tornando mais importante a maneira de como planejar sua aula para o resgate do aluno do que aproveitar a disciplina para facilitar o pensamento crítico. Percebe-se que, a interação do aluno é o que parece ser mais importante para motivá-lo a estar em sala de aula, descartando o quadro, a escrita, como se só a prática interativa com base na construção de maquetes e do visual trouxessem o interesse. Ao mesmo tempo, em que o professor tenta dar um novo significado à escola, utilizando somente práticas interativas, ele deixa de dialogar com a escola regular que é a escola que esse jovem será direcionado quando cumprir o tempo determinado dentro da instituição, o que pode não garantir que ele evada novamente devido a esse engessamento que o próprio professor admite acontecer na prática pedagógica nas escolas regulares.

Foi a partir das aulas de Biologia que aprendi que exercitar o cérebro. É tão importante quanto praticar atividade física, pois, estimulando todas as áreas do cérebro através da música, esporte, leitura, dança, permite uma funcionalidade completa para o desenvolvimento cerebral. Pensar na dificuldade que é manter o aluno entretido em sala pode fugir de um simples questionamento que a Biologia pode fazer refletir: “Por que não tive tais disciplinas?”

É através desse ensino questionador que Paulo Freire defende acontecer uma prática libertária. Entender as limitações do ensino para determinadas classes e, entender o quanto a escola se tornou mercantil, possibilitando que somente pessoas com o capital tenham direito a uma educação de qualidade. Se cultura e arte precisam estar atreladas ao currículo para um bom desenvolvimento cerebral, os alunos precisam saber para que possam ir à busca do que não lhes foi permitido, ajudando assim na procura e valorização de projetos sociais quando estiverem fora da unidade.

*“Há ampla diversidade de fatores que, justapostos, influenciam no ingresso de diversos jovens ao “mundo do crime” e eles podem ser categorizados a partir de diversas óticas. Falando especificamente a respeito do papel do professor, parto da perspectiva de que **não podemos limitar nossa prática pedagógica à mera transmissão de conteúdos, independente da modalidade de ensino [...]. Neste sentido, em minha prática docente** procuro transcender à mera transmissão de conteúdos, que é importante, contudo, não pode ser a única razão de existência da escola. Precisamos, (não apenas) na socioeducação, seduzir os estudantes a regressarem ao convívio escolar, debater contradições sociais, mostrar que por meio da escola (filiada a filosofia de educação libertadora) eles compreenderão de maneira mais verticalizada e questionadora suas realidades particulares e poderão assim, modificá-las.” (Professor 3)*

Os professores entrevistados criticam a forma conteudista utilizada nas escolas regulares, como se as escolas fora do sistema não respeitassem a individualidade do aluno e o seu entendimento por escola, não levando em consideração sua estrutura familiar, grau de escolaridade dos provedores da casa, o tempo dedicado aos estudos e a real intenção do aluno com a escola, o que resulta no desinteresse e leva a evasão. O professor da medida entende isso de maneira efetiva quando demonstra a insatisfação de uma postura generalizada sobre a prática pedagógica nas escolas regulares que deixa de fazer sentido para aquele que não possui nenhum estímulo fora da escola, esse julgamento implica na forma diferenciada de repensar uma prática que não faça o aluno relacionar com a prática vivida por ele anteriormente. Essa percepção da necessidade de uma prática pedagógica que seja pensada na realidade do aluno e atenda as diferentes classes é gritante dentro desses espaços quando se entende que os professores colocam a escola como um espaço de resgate, como norteador da sua prática, para depois pensar na efetividade do conhecimento sobre as disciplinas, o que pode dificultar o desenvolvimento do pensamento crítico.

Modelo de Educação e Demanda

Como podemos perceber o desinteresse é o grande vilão que o professor precisa enfrentar para que o aluno permaneça em sala, a diferenciação na forma de pensar as aulas para esses jovens esbarram em muitas dificuldades fazendo com que o professor não apenas relacione a vida escolar do aluno antes de entrar na instituição, mas também o tempo que ele terá com aquele aluno, quando se entende que ele tem um tempo determinado a se cumprir. Pensar a diferente realidade da escola dentro de um sistema que tem como propósito ressocializar, aumenta a responsabilidade diante de todas as dificuldades que a escola enfrenta para manter o aluno em sala que leva o professor a comparação na forma de ensino fora da instituição como uma crítica recorrente e entendendo de forma positiva a prática exercida baseada no resgate, com isso, acreditam em meio as dificuldades que conseguem trazer o aluno para a escola.

*“[...] Entra **menino** sempre, sai **menino** sempre, porque não é uma escola regular que o **menino** entra e vai até o fim. Por se tratar de internação ele não fica o ano todo, ficam seis meses, pode entrar no meio do ano, **enfim é muito confusa a nossa lógica de trabalho** e como a gente utiliza a sala de aula é de forma completamente diferente do regular. É confuso dos outros entenderem **essa demanda que é tão particular**, quem está que entende o funcionamento **daquilo**. [...] Nós temos a diretoria que é responsável pelas escolas socioeducativas e prisionais e como cada escola tem suas*

*particularidades, quando precisam escrever alguma coisa sobre a escola precisam sentar conosco e, às vezes, pedem para a gente escrever. Então, atende a demanda sim! **A gente faz para atender.**”(Professor 1)*

Quando questionado se o modelo de educação atende a demanda dos alunos um dos entrevistados apenas respondeu:

“Em partes” (Professor 2)

*“Refletir sobre a formação cidadã, formar pessoas questionadoras e debater questões ético-morais faz parte do escopo de assuntos que devem ser debatidos nas escolas mesmo que, a contragosto daqueles que possuem uma visão rasa do que seja a função desta importante instituição. **As abordagens diferenciadas acontecem a partir de iniciativas individuais de educadores e não de modo institucional, o que massificaria e permitiria que mais jovens tivessem acesso a essa abordagem educacional. Com relação a socioeducação, embora haja necessidade de diversos avanços, acredito que a proporção de educadores que partam desta perspectiva seja maior do que na escola regular. Todavia, também não é algo institucionalizado.**”*
(Professor 3)

Respostas pautadas na dificuldade de ser professor da socioeducação, principalmente, em relação à rotatividade de alunos, e na crítica sobre a falta de uma formação que dialogue com a realidade do aluno mostram a dificuldade de atender a demanda específica que se faz necessária a esse modelo de educação, o que parece levar a individualidade no posicionamento do professor sobre prática pedagógica utilizando assim a que melhor convém. De acordo com o posicionamento de cada professor, se percebe um distanciamento no diálogo sobre as práticas e mesmo que explícita a necessidade de um melhor arranjo para se discutir sobre esse modelo de ensino, acredita-se que os esforços, mesmo que individuais, atendam aos alunos.

[...] Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando à favela ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade (FREIRE, 1996, p.74).

Nesse caso, ser conivente a um modelo de educação que não tenha uma proposta que indique reais mudanças, vai contra a ascensão crítica que o aluno deveria ter para se libertar das amarras curriculares e entender a escola como algo que possibilite conhecimento para além do conhecimento disciplinar. Mesmo o professor reconhecendo que dentro da instituição a educação para uma formação crítica esteja muito mais ativa do que nas escolas regulares, a forma como é estruturado o modelo de educação é marcado pela falta de diálogo entre professores e na dificuldade das autoridades competentes organizarem esse modelo de

educação onde possibilite que o professor entenda a especificidade da educação do jovem privado de liberdade.

A resposta dada pelos professores dando diferentes sentidos pelo que se entende por demanda escolar, mostra que, a falta de estruturação sobre esse modelo de educação pode ainda carregar o peso que a história da educação daquele que vive a margem da sociedade leva a condicionamentos de uma educação filantrópica, dando assim, ao professor, autonomia na ação, mas sem uma discussão que realmente ajude na perspectiva de uma educação progressista. Quando se afirma que “a gente faz para atender” se tratando de demanda, mas não tem algo concreto de como está sendo feito, parece tornar a educação algo que não se abala diante do conhecimento, inexorável como define Paulo Freire.

Percepção dos professores sobre Currículo

Escola específica, em um ambiente específico, com alunos marcados por histórias de abandono e desigualdade, é a realidade enfrentada pelo professor que precisa seguir um currículo escolar rígido para alcançar seu objetivo que é o de apresentar sua disciplina. Diante de todas as dificuldades já mencionadas para driblar o desinteresse e aumentar a confiança do aluno em relação à escola, o professor precisa encontrar maneiras para que suas aulas deem conta de apresentar o conteúdo, sem que o aluno se desmotive a ponto de não querer estar em sala de aula. Essa deveria ser uma preocupação de todos os professores, independente da instituição em que trabalhe, mas o percentual elevado de alunos que abandonaram os estudos e se encontram privados de liberdade dificulta ainda mais o trabalho do professor da socioeducação, e é dentro dessa realidade que eles comparam os aspectos fincados a escola regular que podem contribuir para essa evasão quando pensamos em um currículo que ainda não dialoga com as camadas mais pobres.

*[...] “A falta de voz ativa nos processos decisórios tomados em audiências por parte dos professores em situação de regência da turma; **excesso de estudantes por turma (em escolas regulares)**; redução e simplificação do trabalho feito nas escolas por avaliações externas e descontextualizadas das dinâmicas específica de cada instituição; **ideia rasa de que a escola só serve para enfiar conteúdos goela abaixo.**” (Professor 3)*

*“Acho que não devemos banir aspectos da escola formal, e sim, dar um novo **ressignificado.**” (Professor 2)*

*“**Bom, em relação à escola formal eu tenho uma série de críticas, acho que a gente tem que respeitar muito a individualidade de cada professor, não posso querer que***

*um colega trabalhe como eu trabalho, só que eu acho que encher o quadro de matéria em uma época que a juventude tem acesso ao Google, a escola dá os livros, não consigo entender o motivo de encher o quadro de matéria. Eu acho que tem que se utilizar uma forma de menos “decoreba” e fazer com que o aluno entenda a disciplina e que tudo tem uma lógica e pouca coisa precisa decorar, **eu acho que vale mais na escola lá fora cobrar mais como o aluno entendeu.**[...] Na minha escola, que não tem acesso a internet, não encho o quadro de matéria, porque vou fazer com aluno lá fora. **Enfim, eu tenho muitas críticas.**[...] **Temos no máximo quinze alunos** isso é uma regulamentação da Secretaria de Estado de Educação em relação as salas de escolas socioeducativa para que haja um bom aproveitamento **e uma coisa que tem que ser banida da escola lá fora é a escola lotada, com quinze alunos dá para você conhecer seu aluno, avaliar.**” (Professor 1)*

Ficam nítidas as críticas na forma como são apresentados os conteúdos e a superlotação das turmas nas escolas regulares, ligando esses fatores ao insucesso do aluno que não se adapta a massificação dos conteúdos, tornando essa análise uma crítica direta ao currículo escolar e sua fragmentação que dificulta na construção histórico- cultural – social e educacional e que acaba condicionando a prática pedagógica. Tais injustiças educacionais, associadas a dupla jornada de trabalho que muitos professores enfrentam, somadas a enorme demanda de alunos como pude presenciar no estágio do ensino médio, com turmas de quarenta e dois alunos para um professor regente, fazem com que o professor acabe se utilizando de métodos tradicionais como copiar a matéria no quadro e responder questionários tendo a ideia de que essas técnicas de ensino sejam a melhor maneira para que toda turma tenha acesso ao conteúdo apresentado.

Quando o professor da socioeducação se depara com a realidade de ter quinze alunos dentro de sala, ele entende a importância de se utilizar de outros métodos de ensino que não os convencionais por conseguir analisar e entender a dificuldade de cada aluno, por se tratar de uma turma com um número menor de alunos. Percebe-se que a prática que parece ser ideal aos olhos dos professores que possuem turmas menores, precisa chegar às escolas regulares, para que o professor consiga alcançar a todos, mas, ao mesmo tempo, percebe-se que temos críticas ao modelo conteudista das escolas regulares sem uma ampla discussão entre os professores que parecem saber o quanto é importante entender a individualidade do aluno, mas que não saem do campo da crítica em relação a como esse conteúdo está sendo apresentado.

Professores que optam por utilizar o mesmo planejamento de aula em diferentes turmas, no mesmo ano, ou até o mesmo planejamento durante anos, independente da sua maneira de trabalhar, precisam associar essa mecanização do saber a fragmentação do currículo que afasta o professor do campo de pesquisa que é um dos pilares mais importantes para a prática pedagógica progressista. A importância de entender que a educação precisa está alinhada a

pesquisa que garantem ao professor autonomia e segurança na sua forma de ministrar as aulas independente da forma como vai fazer. “Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2013).

A criticidade sobre a prática pedagógica entre instituições se faz necessária na amplitude do discurso entre professores diante do que determina o currículo escolar para que não se prendam apenas nas técnicas de ensino, mas que para qualquer e toda postura tomada por ele saia da automatização do saber que traz consequências drásticas para uma parte da população que só tem a escola como orientadora para um futuro promissor.

Novas áreas ou disciplinas

Dificuldades expostas quanto ao Currículo e as consequências na forma como são apresentadas as disciplinas, afetam de maneira prejudicial aqueles que não conseguem fazer conexão com o que é apresentado na escola e sua realidade, demonstrando uma deficiência no ensino, mas que, ao mesmo tempo, pensado para que todas as disciplinas cheguem ao conhecimento do aluno, valorizando a educação e a tornando de certa forma completa na apresentação dos conteúdos. O que será discutido nessa questão é se seria viável pensar em outras áreas ou disciplinas que dialoguem com o que já é apresentado e possa fortalecer a educação na medida socioeducativa.

“Sou contrário a linha de pensamento que compreende que a questão do desinteresse pela educação formal será solucionada, ou atenuada, com adição de disciplinas à grade curricular, elevando ainda mais a quantidade de conteúdo. Parto da hipótese de que, sua causa esteja atrelada as maneiras acriticas como os conteúdos são comumente trabalhados.” (Professor 3)

“Não vejo necessidade, as matérias que temos no currículo hoje supre a demanda desde que bem trabalhada.” (Professor 2)

[...] A LDB garante o direito nos anos iniciais a artes, inglês e Educação Física nas socioeducativas, mas não tem nem artes, nem inglês, apesar de estar na LDB e, como as escolas são poucas, o Estado simplesmente não garante o direito e fica por isso mesmo. [...] Artes nos iniciais, arte é o principal porque a maioria desses adolescentes pularam fases e quando trabalhamos artes com eles que é disciplina garantida do sexto ano ao ensino médio escutamos “Vai colocar o menino desse tamanho para colorir.” Eu acho engraçado que todo mundo quer dar palpite na vida do professor, todo mundo se sente no direito de ser um pouco professor e achar que professor é aquilo, aquilo outro, mas não estudaram para isso. Eu não vou lá dar palpite de como o juiz julgou o caso daquele menino, nem como aquele advogado vai escrever uma petição porque não é da minha competência. O menino não tem habilidade praquilo e atrasa uma série de outras fases da vida do adolescente, parece ridículo aos olhos do juiz, mas não é, é a vida daquele individuo. Então, tem sim que colocar para colorir para aprender a delimitar espaço. Isso é um assunto que estamos discutindo entre nós professores, para colocar no PPP da escola, para levar para o

juiz, para ele parar de se meter aonde ele não entende.” (Professor 1).

Fica claro o posicionamento dos professores à negação em incluir mais conteúdos ao Currículo que já está inchado pelo que é obrigatório, revelando que o segredo está na forma como os conteúdos precisam ser pensados para serem apresentados de maneira que traga o aluno para a sala de aula. Observações que parecem óbvias quando entendemos as críticas dos professores que trabalham nesses espaços fazem do Currículo atual e como estão sendo apresentados nas escolas formais. Outra observação importante é o que Estado garante, ou melhor, deixa de garantir para os alunos e a falta de diálogo entre justiça e escola que permeiam na educação desses jovens.

A desqualificação de determinadas disciplinas por autoridades que circulam nesses espaços educacionais podem não ajudar para que se cumpram os direitos estabelecidos por lei e se faz importante para o desenvolvimento do aluno aos olhos dos educadores que lutam para que essas disciplinas sejam respeitadas. Essa negação das autoridades em relação ao desenvolvimento do aluno com disciplinas que parecem não ser importantes e acabam sendo ridicularizadas parece uma ação ainda vinculada ao pensamento retrógrado de juízes que ainda enxergam a educação desses jovens como um favor ou perda de tempo sem a preocupação de entender as etapas educacionais que foram puladas ou até mesmo ignoradas na vida desses alunos.

Dentro dessa discussão vemos a união dos professores para fazer se cumprir o que é garantido pela LDB na educação desses jovens nas séries iniciais, Paulo Freire destaca a importância da disponibilidade do diálogo como fundamental para que as relações e a realidade que envolve a escola sejam entendidas de forma clara, que o professor compreenda todas as dificuldades ao seu entorno para que todo trabalho seja justo e fale diretamente com o aluno. Na instituição pesquisada, parece que esse diálogo precisa ir além das reuniões de professores para que cheguem a todas as pessoas que fazem parte da educação desse jovem. Técnicas que avaliam comportamento e fazem relatórios para os juízes, que menosprezam disciplinas que ajudam no desenvolvimento, professores que estão presos a práticas que não dialogam com a vida externa do aluno, agentes que mesmo na escola mantém o papel de opressor, assim individualizando as relações que prejudicam diretamente a escola.

“Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social dos educandos?” Indagação essencial quando falamos da importância do diálogo para que os envolvidos com a educação entendam cada detalhe e compreendam o porquê esses jovens

terem chegado ali. É justamente sobre tudo o que envolve a vida do aluno que Paulo Freire afirma que, o professor precisa saber para ter um olhar sincero que irá refletir direto na prática, e é com essa ideia de entendimento que se faz importante a perspectiva histórica da vida dos menos favorecidos, principalmente, em cidades como o Rio de Janeiro, onde tem-se bairros riquíssimos colados às favelas. Tamanha desigualdade precisa ser enfrentada de maneira clara para que juízes do alto dos seus prédios, rodeados de segurança, consigam entender a realidade dos que vivem nas comunidades e, enquanto os direitos escolares de seus filhos estão garantidos e sendo efetivado no momento certo, existem crianças que são submetidas ao trabalho e perdem fases educacionais importantes nas séries iniciais. O que precisa ficar claro é que a vida que se inicia sem seus direitos básicos garantidos vão para além de uma ressocialização pautada no que é certo ou errado, os envolvidos precisam entender o quanto isso afeta educacionalmente para que o professor consiga fazer seu trabalho e almejar resultados significativos.

Relação Professor – Aluno

Alunos que não possuem vida social e vivem restrições diárias vigiados por agentes que, com o olhar condicionam sua forma de andar e sua postura até chegar à sala de aula, são regras que distanciam o aluno a enxergar a escola como um passo para liberdade do conhecimento. A forma como é dado o tratamento ao jovem privado de liberdade condiz com a falta de uma base educadora que não distinguiu o certo e o errado dentro das regras sociais. Esses jovens enfrentam esses conflitos para aprender de maneira restrita o que pode ou não pode, tutelados pelo Estado que é o responsável pela sua inserção a sociedade e, diante desse axioma, o professor precisa ganhar a confiança do aluno para estabelecer uma relação harmônica.

“Na nossa realidade a relação professor-aluno eu diria que é excelente, eles gostam dos professores. Claro que existe um professor ou outro que eles não curtem[...] Inventam historinhas porque não são obrigados a vir à escola, apesar de que, a medida deveria obrigar, mas eu entendo. Como o funcionário vai tirar um adolescente do tamanho de uma porta de 18 anos do alojamento? Vai levar na tapa. Acho que não é por aí. Esse é um probleminha que estamos tendo agora, mas acho que vai resolver, porque quando chegar ao final do semestre e eles ficarem todos reprovados por faltas e as técnicas colocarem em seus relatórios que estão reprovados eles vão repensar o não ir para escola, enfim, casa superlotada dificulta o funcionamento, mas é claro que eles precisam ser punidos de alguma forma, e quem vai para escola merece um olhar mais carinhoso. A relação é boa, mas fazem gracinhas, que estão passando mal, que a turma não é essa, mesmo sabendo que ele está lá por quis. Mesmo sabendo que o professor não deixa trocar ele inventa que está com dor de barriga ou dor de cabeça para voltar para o alojamento porque a aula daquele professor não agrada. Eu vou mediando essas atitudes, tento bater um papo e

*quando diz que não está afim eu pergunto o professor: Posso levar a “criatura”? E o professor acaba deixando porque está enchendo o saco dele. Jogo de cintura, flexibilidade, mas a relação é sempre de respeito eles gostam dos professores. **Também temos os agentes que tem um papel, não gosto de falar a palavra, mas nem que seja psicologicamente é opressor. Então tem o papel dele ali fora então não fazem muita graça. Enfim a relação é excelente.**” (Professor 1)*

*“Eu a considero **bastante positiva! Procuo me apresentar enquanto uma figura de autoridade a partir do respeito e da amizade. Isso constrói pontes de afetividade, faz com que os estudantes respeitem mais a sua aula e se abram ao processo de construção do conhecimento formal. Procuo, também, dar espaço as suas falas e contribuições, não zombo ou ridicularizo nenhuma fala, mesmo que contenha erros grotescos (por considerar que isso desencorajará novas interações), as corrigindo sem maior alarde. Procuo saber quem eles são, se estudam, se tem família. Ou seja, demonstro interesse por eles e obtenho bons resultados com método de interação.**” (Professor 3)*

Ambos os posicionamentos são positivos na visão dos professores que veem reciprocidade do aluno na maneira como são tratados e, assim, mantém uma boa relação, mesmo entendendo os conflitos que vêm carregados por palavras como ‘opressor’, ‘vigilância’ e ‘tapas’ que dão a ideia de um lugar com uma realidade obscura e bem distante da escola. Os professores demonstram compreensão, respeitando a especificidade desse modelo de escola.

Pensando na relação professor-aluno de maneira progressista, principalmente, com jovens que, além das suas expectativas pessoais, são como um tipo representação de que é possível mudar para a sociedade, é possível perceber diferentes formas de se referir ao aluno que são chamados de “meninos” e “garotos” durante a entrevista. Essa forma no tratamento pode querer demonstrar certa intimidade por pessoas que uma grande parte da população não quer saber ou pode demonstrar certo carinho em tom de pena e vir essa manifestação que sem perceber inferioriza, mas que familiariza as relações.

O professor que se abre a experiência real se expressa com sinceridade a essa relação mostra as dificuldades do dia a dia, sem pensar nos termos que deveria usar podendo fazer dessa sinceridade o entendimento de forma concreta do que é a educação popular e de quem está a frente de uma dura realidade como profissional de educação que, muito bem explicado, precisa unir forças para ter algo estruturado para se ter uma educação de qualidade para jovens que precisam ter sua estima e perspectiva de vida fora do crime, alimentada todos os dias, diferentemente da resposta mecanizada e estruturada por conhecimento científico que não deixa passar como se dá a relação diária e sua maneira de agir em uma situação de rebeldia, descaso ou a dificuldade de lidar com alunos novos, por exemplo, quando sabemos que a rotatividade é

frequente nas salas de aula.

O professor que utiliza termos pejorativos para se referir ao aluno quando fala sobre a sua prática e experiência na escola, não deixa claro se o trata dessa forma no seu cotidiano, ou se sente à vontade para falar com outro profissional de educação usando esses termos para afirmar que, naquele espaço as coisas funcionam de outra forma, mas que, ao mesmo tempo, reproduz a própria fala chamando o aluno de ‘criatura’ quando está insatisfeito com seu comportamento, afirmando que é comum tratá-los por outros termos que não são comuns a escola.

Enfatiza-se a importância de uma prática pedagógica diferenciada, mas não parece ser questionada a forma de tratamento ao se referir ao aluno. Como se ética e estética não andassem juntas nessas relações, o professor sabe da importância de buscar em sua prática algo que fique próximo a realidade do aluno, mas, ao mesmo tempo, sua fala traz o estigma que esse jovem carrega, dificultando o entendimento sobre o que é ser um ser social e que a escola deveria ajudar a construir dentro da perspectiva libertária na educação, e assim, livrando a “criatura” para nascimento de um aluno que consiga enxergar respeito nas relações.

Capítulo 4 – Controle Social x Prática Progressista: o duelo que precisa ser enfrentado na educação dos jovens privados de liberdade

A obra do teórico social e filósofo Michel Foucault, “Vigiar e Punir”, revela o intuito na mudança do processo punitivo que, inicialmente era um espetáculo em praça pública onde todos assistiam as mais cruéis torturas e execuções, um cerimonial judiciário que mostrava a vitória do poder, já que os crimes eram considerados ofensa a majestade e que passam por uma evolução no que diz respeito a dor como punição e deixa de ser uma vingança do rei, passando a ser um ato administrativo do Estado entendido como a “humanização das penas” (FOUCAULT, 2014), e a prisão passa a ser vista como algo que defende a sociedade, mas que para Foucault, não é apenas deixar a crueldade explícita fora do processo punitivo, mas sim, o surgimento de uma sociedade reguladora e disciplinada. Essa normatização aos olhos do filósofo oprime mais do que as leis quando se percebe que ela está imposta em todas as instituições, escola, hospitais, regime militar e prisão. O controle do corpo é feito por várias etapas e que quando não adequado ao modelo institucional é excluído da sociedade para que seja punido (FOUCAULT, 2014).

Compreender o controle social dentro dessa perspectiva se faz tão importante para o professor que trabalha com aluno privado de liberdade quanto o processo histórico exposto nesse trabalho, revelando a luta dos jovens das camadas menos favorecidas até a conquista de seus direitos obtidos pelo ECA. É através da história que se compreende o entendimento daqueles que não tem a educação como formação, mas que fazem parte do processo de ressocialização junto à escola, e que ainda agem com a ideia da filantropia no que diz respeito à educação desses jovens e também ao estigma que é bem marcado na fala dos professores e que precisam ser entendidos como chegam aos ouvidos de quem não teve o direito de ser tratado como qualquer outro jovem, como ainda será discutido.

Para o professor exercer uma prática que dialogue com alunos privados de liberdade, é preciso que essa desconstrução aconteça, para que o olhar para o agente da medida socioeducativa não seja apenas do opressor, o olhar para juiz não seja apenas o que pune, o olhar para os técnicos responsáveis não seja apenas uma avaliação baseada em notas, comportamentos e faltas, e sim, ter o entendimento do por que dessas ações para com aqueles que são vistos como irrecuperáveis, conseguindo fazer um trabalho que dribles essas percepções

históricas e de controle.

A ideia de controle afasta o professor de um dos pontos cruciais da prática pedagógica progressista, a pesquisa, que reflete diretamente na prática quando percebemos a ideia rasa sobre a realidade do aluno. A falta da amplitude de estudos que revelam a história e o controle dos corpos marginalizados ficam distante dentre tantos desafios encontrados pelos professores que, preocupados em trazer o aluno para sala de aula através de uma prática pedagógica diferenciada, não consegue compreender o que a instituição representa como um todo e continuam presos às normas curriculares mesmo achando que estão fazendo um trabalho diferenciado.

Se a escola é a primeira instituição em que a criança passa, é preciso entender e levar em consideração seu histórico familiar para que, esse espaço que decide a hora de sentar, decide a hora de ler, a hora de comer, decide como e onde brincar, tendo em sua essência um ambiente extremamente controlador, como revela Foucault (2014), ter um olhar diferenciado sobre as práticas nas escolas que atendem as crianças periféricas podem ter o efeito contrário ao do afastamento, rever o modelo hierárquico que dá bônus ao aluno que vem limpo, que não conversa nas aulas, como se só os que se adaptam as normas fossem os merecedores de um olhar de respeito, carinho e atenção, tornam o processo que deveria ser lúdico excludente e,, uma vez que a escola, como um espaço não reconhecido por alunos que não tem a devida atenção tanto dentro quanto fora da escola, abandonam os estudos assim que se tornam autônomos.

Jovens que precisam ou sentem a pressão familiar para ingressar no mercado de trabalho para ajudar no sustento da casa não compreendem a escola como um espaço provedor de novas oportunidades por não reconhecer nesse mecanismo regulador que a escola impõe significado para um futuro promissor, cercados por familiares que não concluíram o ensino médio, a escola não parece ser tão importante quanto o trabalho pelo fato da renda familiar não suprir as necessidades. Essa ideia de controle institucional se faz importante para o professor que trabalha com essas crianças e jovens marcados pela desigualdade para que consigam através da sua prática, que esses alunos fujam do imediatismo do trabalho informal ou que tenham a consciência de que estão trabalhando com alunos que precisam ajudar financeiramente em casa, fortificando a prática progressista.

Ainda que o controle social e a prática progressista andem por caminhos distintos, é importante refletir sobre a escola e a realidade do aluno. São muitas discussões de como se fazer

uma aula que busque o interesse do aluno, mas pouco entendimento sobre esta realidade.

Ter a sensibilidade de entender o aluno que não teve uma educação sobre higiene e não julgá-lo como se todas as pessoas tivessem o mesmo conhecimento sobre os cuidados com o corpo e, para além da educação, ter a consciência de quanto custa cada item para realizar a higiene básica, mostra que a desigualdade se revela nesses momentos que parecem tolos, mas que com a percepção do professor podem modificar a forma de tratamento, evitando o afastamento do aluno fazendo com que todos compreendam as diferentes realidades mesmo que estando no mesmo espaço.

Compreender que os alunos privados de liberdade não reconheceram a escola como um ambiente acolhedor antes de estarem reclusos mostra que a escola está mais perto de obedecer ao controle social imposto por um Estado que exclui os que vivem à margem da sociedade do que dar importância a prática progressista que traz a verdade no intuito do aluno compreender sua realidade para conseguir modificá-la. Se esquivar do que está imposto, buscando discussões que vão para além das técnicas de ensino, parece ser mais importante quando entendemos que a escola chegou para a maioria das crianças e jovens urbanos, mas que junto com a escola não vieram outros serviços importantes que fazem toda diferença na vida de quem está em formação educacional e de caráter.

É nesse sentido de transformação que a prática progressista precisa ser encarada, em espaços marcados pela exclusão, para que ajude na clarividência dos alunos que perderam a esperança de um futuro digno, e de que, pensar na prática pela prática apenas modificando a sua apresentação contínua não tendo muito valor para a vida desse aluno fora da instituição. Ser honesto nas relações para ser honesto consigo mesmo e saber de que nada adianta o aluno privado de liberdade ter aprendido verbos e equações se junto a aprendizagem não veio a realidade que ele terá que enfrentar para um recomeço.

Diante da ideia de controle imposta nas instituições essa pesquisa se propõe a nos fazer refletir sobre a importância de entender o papel do professor como algo além da preparação de aulas para dar conta de um currículo escolar. Além disso, é preciso superar a ideia da escola como um espaço de doutrinação e preparo dos corpos para uma nova etapa: o trabalho. A educação deve ser pensada como um processo mais amplo, capaz de atingir diferentes realidades.

Compreender o contexto da escola em que trabalha facilita o diálogo, e pensar na prática pedagógica para que o aluno não se sinta acuado diante de falas que desqualificam pessoas que fazem parte do seu cotidiano e são essas especificações no trabalho do professor que atua nesses espaços que precisam está ligada diretamente na prática progressista e que, quando pensada na ética, como Paulo Freire propõe, se tem a esperança de enfrentar o mecanismo doutrinador que a escola carrega fazendo com que o aluno não normatize ações errôneas, mesmo que, façam parte do seu cotidiano.

Outro fator importante para a reflexão sobre essa pesquisa é a busca do conhecimento histórico que deve ir além da forma de acesso à escola das crianças e jovens menos favorecidas para que, a busca por política pública não fique apenas na discussão desgastada sobre o que deve ser feito para a melhoria educacional nesses espaços. Entender o olhar do Estado para essas regiões que carrega desde a sua construção a ideia de marginalização nas práticas dos escravos que foram os que deram vida as favelas por falta de um lugar digno para viver depois de libertos, onde sua dança e luta (capoeira) e manifestação religiosa (candomblé) eram práticas consideradas criminosas, o que desqualificou as atividades trazidas pelos negros, tornando a favela um lugar de controle social muito antes mesmo da violência gerada pelas facções criminosas. Na busca do conhecimento do espaço periférico, podemos perceber que é um engano dizer que não existe política pública para as favelas, dado que é uma população marginalizada, o Estado apenas investe em segurança pública, como se pobreza estivesse ligada a guerra, deixando outros serviços importantes para dar dignidade aos que vivem nessas áreas, afetando diretamente a escola que parece ser um avanço do Estado em termos de políticas públicas, e que, ao mesmo tempo, fica presa a ideia de filantropia na educação dos pobres pela falta de investimento em tudo ao que diz respeito às regiões mais pobres que é aonde vivem os jovens que se encontram privados de liberdade.

Enquanto Foucault (2014) nos mostra uma história da escola construída como um espaço de privação dos corpos e da liberdade (a escola como prisão), neste estudo procuramos refletir sobre a educação como uma prática de liberdade; buscamos uma pedagogia da autonomia, tal como discutido com base no aporte teórico de Paulo Freire (2013).

É pautada nessa base, que vemos as diferenças na maneira de pensar escola entre professores que trabalham na mesma instituição, que dentre os professores que mais se manifestaram, a forma progressista aparece bem clara na fala do professor (3), enquanto a prática revelada de maneira concreta, mesmo que ácida aos olhos do educador que não está

habituação a uma instituição com tantas restrições como a investigada mostra a verdade sobre a dificuldade em trabalhar nesse espaço.

A resposta mecanizada sobre como deveria ser feito não revela de fato como a prática está sendo exercida por aquele que detém o conhecimento sobre como tornar um espaço recluso em um espaço de liberdade, o que transmite alívio por saber que o profissional está capacitado para fazer um trabalho diferente do mecanizado proposto nas diferentes técnicas de ensino, seja ela tradicional ou dinâmica, mas que, ao mesmo tempo, se mostra extremamente acadêmico e não revela de fato em meio à tantas dificuldades se consegue concretizar uma educação libertária.

Já os outros professores se mostram mais reveladores sobre a prática e rotina dos alunos, mostrando a forma opressora da instituição, devido aos personagens que passam pela educação dos alunos privados de liberdade e que, por não estarem fixados diretamente a escola, acabam dificultando um trabalho que só cabe ao professor e, ao mesmo tempo, mostra a deficiência na formação do professor que precisa entender e executar o trabalho de acordo com a necessidade que ele enxerga individualmente na sua prática pedagógica.

Sem tempo para reflexão e entendimento sobre a realidade e a necessidade de um público tão específico como o de jovens que vivem à margem da sociedade, e que precisa, através dos conhecimentos obtidos ali, voltarem a uma realidade a qual nunca pertenceram e que se adaptem de maneira condizente com as regras sociais que não dialogam com a sua realidade.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi entender como ocorre a prática dos professores que trabalham com alunos privados de liberdade no intuito de revelar em que medida a prática progressista pode contribuir para uma educação transformadora para que, a escola possa ir além de um processo de ressocialização ligado à justiça, mas que sirva para ajudar a diminuir a reincidência através de uma educação honesta, mudando a visão dos que andam na exclusão.

Fui motivada pela curiosidade em entender melhor como funcionam as escolas nesses espaços por sentir falta, durante a minha formação no curso de Pedagogia, mas que, entendo como necessário quando pensamos que os jovens desprovidos de oportunidades passam pela escola antes de cometerem atos infracionais que levam ao cumprimento de medida e assim, reclusos da sociedade. Pensar na educação de todos é trazer para os espaços acadêmicos todas as escolas, para que, o olhar diferenciado sobre as camadas mais pobres não venham tomadas pelo preconceito ou ser engolido pelo poder hierárquico que a escola carrega.

Compreender o ciclo de desigualdade que cerca a vida desses jovens para assim, entender a escola como um espaço que não está vinculado à realidade das pessoas menos favorecidas revela a importância de atar a prática progressista a esses espaços, podendo, através da escola, levar a mobilidade social.

Entender que um curso que tem como objetivo a melhoria no processo de aprendizagem através da reflexão para assegurar a qualidade de ensino se faz importante para o pedagogo(a) refletir sobre a educação baseada em todas as realidades, evitando assim, o afastamento do aluno da escola, valorizando a prática para além das técnicas de ensino escolhida por ele.

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei n 17.943-A, 12 de outubro de 1927. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>

ANEXO I

Questionário

1. Sabendo que a maioria dos alunos que estão na medida socioeducativa já passaram pela escola antes de privados de liberdade, o papel do educador se dá de forma diferente ?
Em que sentido?
2. O modelo de educação atende a demanda dos alunos?
3. Existem aspectos da escola formal que poderiam ser banidos para um melhor rendimento?
4. Como se dá a relação professor e aluno?
5. Que disciplinas ou áreas poderiam ser adicionadas ao currículo para trazer o interesse dos alunos?